Com a devida vénia transcrevemos artigo publicado na edição do Jornal de Negócios

Estado quer que bancos aceitem mais risco em troca de estabilidade

Maria João Babo | mbabo@negocios.pt

Acordos com as concessionárias vão seguir para a aprovação da banca depois de homologados pelo Estado. Processo deverá demorar dois meses

Na negociação que as concessionárias vão iniciar com os bancos financiadores, para a aprovação das alterações aos contratos das PPP já acordadas com o Estado, ser-lhes-á pedido que aceitem mais risco em troca de um quadro de maior estabilidade e menor incerteza até ao final dos contratos.

O Negócios sabe que o Governo está à espera de fechar acordo até ao final deste mês com a Euroscut, a única das concessionárias com que ainda não houve entendimento, para homologar os memorandos relativos às nove concessões objeto da primeira fase de negociações. Só então as alterações acordadas serão enviadas aos bancos para aprovação, um processo que, segundo a expectativa dos intervenientes, deverá demorar cerca de dois meses, tendo em conta o número de entidades envolvidas, muitas das quais estrangeiras.

As alterações que permitirão ao Estado reduzir já este ano os encargos com as PPP rodoviárias em 300 milhões de euros terão de ser aprovadas pelos financiadores que, apreciarão, no seu conjunto, o impacto que os cortes acordados terão ao nível do risco destes contratos.

Além de alterações em termos de operação e manutenção, grandes reparações e rentabilidade acionista, os acordos preliminares preveem ainda a redução do rácio de cobertura de serviço da dívida de 1,20 para 1,05. Este rácio mede o valor que está depositado numa conta de reserva relativamente ao serviço da dívida - juros e capital - do período seguinte já que a banca exige em projetos desta natureza um elevado grau de certeza de que o próximo período de pagamento está coberto. A descida desse

rácio significa que o montante depositado na conta diminui, reduzindo o nível de conforto da banca. A contrapartida é a diminuição do valor dos pagamentos.

Estado apoia negociação

Apesar de o processo de aprovação das alterações aos contratos dizer respeito à relação entre concessionárias e bancos, o Estado irá intervir no sentido de conseguir o acordo dos financiadores, apoio que a comissão de negociação já se disponibilizou a dar.

Estado e concessionárias acreditam que, mesmo sendo os 1,05 um rácio exigente para os bancos, estes acabarão por aceitar a proposta que reduz o seu grau de segurança. Isto porque o grau de cobertura continua a ser superior a 100%, além de que, num processo em que está a ser pedido o esforço de todos, não foram exigidas aos financiadores outras contrapartidas, como a redução de "pricing" ou de rentabilidade, como aconteceu com as concessionárias, que aceitaram diminuir as TIR.

Por outro lado, ainda que gostassem de ter estado mais envolvidos, os bancos acompanharam nos últimos meses os processos entre o Estado e as concessionárias.

Desta forma, nas negociações que em breve se irão iniciar será proposto aos financiadores um equilíbrio, entre a redução do seu grau de conforto, por troca de uma maior estabilidade do modelo e da capacidade da Estradas de Portugal para honrar os compromissos. Ou seja, que a alternativa seriam incumprimentos.

Também nas negociações com as concessionárias a sustentabilidade do modelo foi o argumento usado pelo Estado para as levar a aceitar uma efetiva redução dos seus ganhos - quer por via da rentabilidade acionista quer por via do cancelamento de obras previstas.

Os contratos alterados terão ainda de ser submetidos ao Tribunal de Contas.

2013-05-27